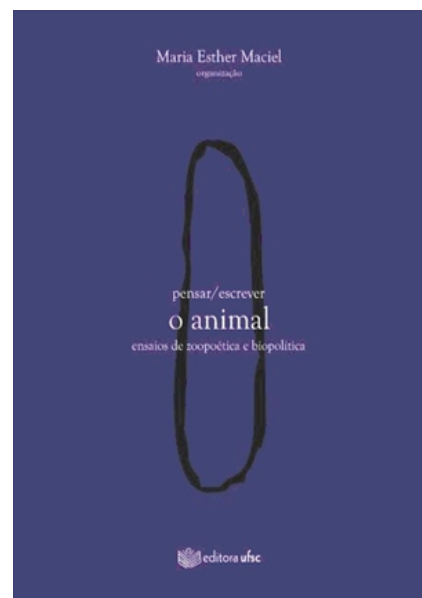


Nosso grande Outro: a questão animal no pensamento, na cultura e na arte contemporâneos

Eva Pereira (UCB)

O livro *Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica* reúne uma série de ensaios – distribuídos em quatro partes ou seções e emoldurados por um prólogo e uma entrevista – de filósofos, teóricos da literatura, pensadores da cultura e das diferentes formas de arte, que, nos últimos anos, voltaram suas pesquisas e sua atenção para o estudo daquele que é considerado o nosso grande Outro. Trata-se de material bastante diversificado que pensa/analisa/inventaria um fenômeno indubitavelmente transversal e transdisciplinar, situado entre a filosofia, a política, a religião, a história e a arte, ou seja, vinculado a praticamente todas as esferas da existência humana.



Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica. Maria Esther Maciel, organização. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, 422p.

A primeira seção do livro, intitulada “O animal nas fronteiras do humano”, recolhe ensaios de e sobre filósofos e estudiosos da cultura que vislumbraram na definição do ser “animal” a possibilidade de definição do ser “homem”, historicamente considerados. É exatamente o que faz Benedito Nunes (“O animal e o primitivo: os outros de nossa cultura”), para quem o animal e o primitivo estão nessa posição por serem vistos pela cultura dominante, desde a Grécia antiga, como “bárbaros”, ou estranhos vistos como adversários, numa mentalidade onde “o diferente se tornava o oposto, e o oposto se tornava inimigo” (p. 13). A revisão histórica desse aspecto evidencia o modo como o animal e o humano se fundem, num primeiro momento, numa mesma imagem simbólica, e depois vão se separando, a ponto de serem apresentados como opostos, o homem se definindo pelo

que nele não é bicho, o que abre a possibilidade de consumo, dominação e escravidão do animal – esse grande trabalhador – descontados, obviamente, os animais que não se rendem, como os ratos. O mesmo se dá com a imagem do primitivo: a justificativa para a escravidão e a exploração desse segundo Outro de nossa cultura (o índio, o selvagem) se dá primeiro pela aproximação com o animal pela questão religiosa da ausência de alma, depois pela vinculação do índio e do negro com a natureza, o que, para a ideologia do progresso é um grande empecilho a ser vencido. Para Benedito Nunes, e certamente para os demais estudiosos do volume, mais do que levadas em consideração, a aproximação entre o animal e o primitivo e a história do pensamento, que os abarca, devem ser vistas através dos documentos da cultura que os retratam, como os textos dos filósofos, biólogos, historiadores e escritores das diferentes épocas e lugares.

Ainda na primeira parte, Dominique Lestel (“A animalidade, o humano e as ‘comunidades híbridas’”) estuda a relação entre animais, homens e artefatos mecânicos e eletrônicos (as máquinas, robôs e computadores de nosso tempo) e procura identificar o processo de humanização e de hibridação presentes na história humana na confrontação do homem com seus Outros. Uma das conclusões do autor é a de que o “interesse que os animais representam para a comunidade humana” é não somente o da utilidade na vida prática e na alimentação, “mas também e sobretudo como geradores de sentido”. Dito de outra forma: “Não existem apenas os animais ‘bons para comer’, existem também os animais ‘bons para pensar’” (p. 45), mote que fará com que a coletânea de textos se encaminhe a seguir para o estudo do pensamento de dois dos principais filósofos da “questão animal” e seus comentadores. Assim, Tom Tyler (“Como a água na água”) seguirá os passos do tema da animalidade na obra de Georges Bataille, sobretudo em *Teoria da religião*, e seus desdobramentos em Martin Heidegger.

Outro filósofo importante para o estudo da animalidade é Friedrich Nietzsche, objeto do ensaio de Paula Glenadel (“Poesia e verdade’ da animalidade nietzschiana”). Preocupada em destacar a importância da noção de *figuralidade* e suas implicações éticas, metafísicas e estéticas na obra do pensador alemão, a estudiosa quer pensar, entre outros aspectos, a “dimensão da representação metafórica dos animais nos textos de Nietzsche, seu alcance e seus limites” (p. 76). Para isso, lança mão do pensamento de alguns dos intérpretes do filósofo, com destaque para Jacques Derrida, que, como Nietzsche, pensa a animalidade nas fronteiras do humano e da *figuralidade*, enquanto metáfora e alegoria, e que toma justamente como um dos pontos de partida de suas reflexões o episódio da vida do filósofo alemão que, ao ver um cavalo sofrer nas mãos de seu dono, chora o seu

sofrimento, como se o estivesse experimentando no próprio corpo. Para completar esse primeiro bloco de textos, a organizadora do volume, Maria Esther Maciel (“Poéticas do animal”), traça em seu ensaio as definições do termo “zoopoética” e as contribuições de pensadores como, entre outros, Giorgio Agamben, Michel Foucault e, sobretudo, Jacques Derrida – resgatando também Michel de Montaigne – para a compreensão da animalidade na base da busca da definição antropológica e das metáforas culturais representadas na zooliteratura. Tais pensadores servirão de base para o estudo de poemas de Astrid Cabral e Herberto Helder, e de outros escritores na sequência do ensaio.

A especificidade dos textos literários e seus vínculos com as questões da animalidade comparece na segunda e na terceira partes do livro. A diferença, nem sempre nítida, entre essas duas partes está no enfoque: a segunda parte é uma espécie de projeção e exemplificação do que se chamou de “zoopoética” no trabalho de Maria Esther Maciel, anteriormente descrito, na esfera da definição do humano frente ao animal e da literatura frente aos outros textos da cultura; a terceira parte é uma espécie de chamado para a reflexão voltada para a história, para a ideologia e para a política e sua relação com a animalidade, ou seja, a biopolítica.

Nos textos do bloco intitulado “Ficções da animalidade”, vemos Florencia Garramuño (“Região compartilhada: dobras do animal-humano”) às voltas com os cães e os peixes de Mario Bellatin, os cavalos bravos e mansos de Clarice Lispector, a gata de Romina Paula, entre outros autores contemporâneos, observando-se “*uma região comum e compartilhada* entre o animal e o humano” (p. 106, grifo da autora), que torna possível a exposição da intimidade de um personagem ou de toda uma comunidade de pessoas, sobretudo quando se trata dessa espécie de pós-sujeitos em sua evidente precariedade social e humana. O bestiário de Clarice Lispector serve a Evando Nascimento (“Rastros do animal humano – a ficção de Clarice Lispector”) para o estudo das imagens da antropofagia, da barbárie, da dominação política de classe, de raça e de gênero (*gender*) e suas relações com uma perspectiva “desfigurante” do humano, do animal e do gênero (*genre*) literário presente na ficção da escritora. Márcio Seligmann-Silva (“Mal-estar na cultura: corpo e animalidade em Kafka, Freud e Coetzee”) faz um exercício de paródia, transformando o macaco que era objeto de estudos no texto de Kafka, *Um relatório para uma academia*, no sujeito de um discurso altamente irônico e metalinguístico. Partindo do texto do escritor Kafka, como tema e como forma, o autor estuda o “mal-estar” próprio da relação do homem com o animal, esse Outro objeto e abjeto da cultura, nos escritos de Freud, Edmund Burke, Charles Darwin e, contemporaneamente, J. M. Coetzee. Para

Seligmann-Silva, nos textos de Coetzee, o irônico convive com o cômico sinistro, figurado na relação (mesmo na compaixão) entre homem e animal, e é nitidamente derivado do autor de *O processo*, enformando um conjunto polifônico em que estão presentes muitas das aporias das sociedades atuais.

Fermín A. Rodríguez (“Levar a vida, deixar-se morrer: a virada animal em ‘El sur’ de Jorge Luis Borges”) parte do pequeno texto do escritor argentino para, estudando as reflexões e a trajetória do personagem, demonstrar que a literatura – a qual, segundo sua leitura, é representada no conto pela presença animal do gato – “não é apenas um aparato de captura e confinamento: ela também produz e libera afetos, libera intensidades, faz com que um conjunto fuja” (p. 169). O objeto de estudo de Eduardo Jorge (“Lobisomem, sem ameaças”), no último ensaio da segunda parte da coletânea, é o poema “O lobisomem”, de Décio Pignatari, publicado em 1950. Partindo do conceito do “inquietante” (o *unheimlich* freudiano) e dos estudos sobre a lenda do lobisomem – seja na *História Natural*, de Plínio, o Velho, seja naquelas recolhidas por Luís da Câmara Cascudo –, Eduardo Jorge vai mostrar como o lobisomem, no poema, é um homem despido de sua pele, um pedinte de peles. E é justamente essa carência da superfície que figura o fracasso da metamorfose e retira do lobisomem, despido de sua força e de sua identidade, a significação de qualquer ameaça, o que o texto figura.

Focados nos vínculos existentes entre literatura e animalidade, mas abrindo-se também para outros campos da arte e da cultura, os textos da terceira parte (“Poéticas e políticas do vivente”) se voltam mais especificamente para questões de história, ideologia e biopolítica. Por isso, os animais dessa parte do livro encontram-se enjaulados, e são destinados à morte nos matadouros ou à exposição pública nos zoológicos, passando a representar o humano na sua condição social e política e em sua dimensão histórica e econômica. O primeiro dos ensaístas dessa parte da publicação é Gabriel Giorgi (“A vida imprópria, histórias de matadouros”), que estuda especialmente uma série de textos da literatura argentina onde o espaço simbólico dos matadouros e a ação de matar os animais está colocada, assim como o que, a partir das sendas abertas pelos pensadores Gilles Deleuze e Jacques Rancière, o autor chama de “o discurso da espécie”, uma instituição que se assenta na ideia de que a transcendência do “humano” requer o sacrifício do animal. Esse discurso da espécie acaba por configurar uma *tanatopolítica*, uma política de legitimação da morte da espécie diferente, representada na história da literatura argentina pela série das narrativas de matadouros inventariada pelo autor e que culmina na leitura do conto recente de Martín Kohan, cujo título “inequívoco” e “enganoso” é justamente “O

matadouro”. Inequívoco e enganoso porque, segundo Gabriel Giorgi, o texto de Kohan é na verdade a representação de um paralelo entre os animais destinados ao matadouro e que passam a noite em um caminhão que os transportará para o seu destino e o motorista do caminhão que, ao ouvir o “rumor” produzido pelos animais e irmanado com eles naquela situação de suspensão em que se encontram à espera de um novo dia e da marcha para a morte e para a transformação em objeto totalmente manipulável, acaba por identificar e compreender seu lugar – dele e dos animais – como “instâncias da capitalização, de cálculo e de equivalência” (p. 208). No conto de Kohan, conclui o estudioso, “o rumor (...) é um saber, um tipo de injunção ‘pura’ em torno da *impropriedade* da vida: o vivente como irreduzível à ordem do próprio e da propriedade” (p. 212, grifo do autor).

O próximo texto da terceira parte, a cargo de Álvaro Fernandez Bravo (“Desenjarular o animal humano”), estuda a ocorrência de um fenômeno típico da sociedade moderna e imperialista, urbana e industrial – o zoológico – e sua relação com a captura e o comércio de animais dos mais diversos países e regiões do globo para exposição em parques, circos, catálogos de fotografias e programas de televisão. O texto seguinte, de Eneida Maria de Souza (“O escritor vai ao zoológico”), faz um recorte de um momento da biografia do escritor mineiro João Guimarães Rosa: sua estadia em Hamburgo, onde trabalhava como diplomata, entre 1938 e 1942, e suas visitas ao zoológico da cidade, que ostentava um pórtico onde se lia “Amar os animais é aprendizado de humanidade”. Esse “aprendizado de humanidade” é também um aprendizado da literatura, da história e da política: “a fixação pela vida animal e pela observação quase que obsessiva da natureza seria a proposta poética de Rosa para deslocar não só os laços comuns da convivência humana, mas também a ameaça de morte causada pela guerra” (pp. 248-249). Por isso, no *Diário de guerra*, de Rosa, os limites entre “o interior e o exterior, entre o reino animal e o humano, entre a técnica e a barbárie” estão ausentes e o autor animaliza e naturaliza a guerra, condensando o apito das sirenes de bombas com o mugir dos bois, o que diminui sua ação destrutiva ao mesmo tempo que chama a atenção para a inquietante familiaridade do acontecimento.

A relação das crianças com os animais, com os desejos e com a instabilidade instalada no próprio corpo em crescimento, explicitadas nas memórias de infância de um escritor, são o mote para o estudo de Jens Andermann (“Pulsão animal: zooliteratura e transculturação em W.H. Hudson”). Essas memórias da infância são encontradas no livro *Far away and long ago*, cujo título reúne tanto a distância temporal quanto a distância geográfica e cultural na biografia de Hudson. Elas dizem respeito também a um sabor e a

um saber da infância, perdidos no período da guerra (o livro é publicado em 1918) e na crescente importância de uma certa cientificização do animal a partir da publicação dos livros de Charles Darwin e de seus discípulos em torno das espécies animais, cientificização contra a qual o escritor sempre lutou. Exemplos dessa luta são dados pelo ensaísta quando este mostra como Hudson, como havia feito na exposição de um olhar infantil sobre o mundo e a natureza no livro já citado, desloca o olhar do observador sobre o animal para o olhar do animal sobre o observador em outros de seus livros, ao mesmo tempo que desloca também o olhar sobre a situação colonial na América do Sul em outros livros seus, num claro exercício de transculturação que põe em funcionamento uma espécie de dispositivo da metamorfose. O último dos ensaios dessa terceira parte é o de Raúl Antelo (“O dispositivo boitatá”), cujo título e as imagens que ele põe em funcionamento poderiam ser direcionados para uma espécie de complexo ou conglomerado, dadas as imbricações (e imbrincações, se é permitido o trocadilho) sugeridas. Nesse conglomerado, deve-se destacar o estudo que o ensaísta faz da relação do *tectônico*, esse outro nome do informe e do recalcado, na cultura primitiva, e seu correspondente na arte da vanguarda, e a exemplificação dessa relação na imagem do boitatá na cultura brasileira, desde a contribuição indígena recolhida por José de Anchieta, passando por textos populares e cultos, até chegar à polivalência dos sentidos que o mesmo animal ganha em *Macunaíma*, de Mário de Andrade. Seguindo os alertas de Michel Foucault sobre a imagem do “monstro” e de Luc Nancy sobre a “diferença”, onde sexo é excesso, a leitura de Raúl Antelo, aberta para as transgressões do pensamento contemporâneo, leva a pensar no boitatá – “o ser informe mas também o ser que se mostra, enquanto luz e imagem” – como um dispositivo em ação, “o incesto real (Ci e Jiguê) e o canibalismo dos marginais (Macunaíma), o soberano despótico e a massa revoltada”(p. 286).

Mesmo que alguns dos estudos coletados na quarta e última parte do volume (“Figurações animais”) ainda tenham como objeto textos literários, a questão animal se confunde aí com o discurso dos ecologistas em torno dos direitos dos animais e abarca outras formas de representação cultural, como o cinema e a televisão, por exemplo. Nessa parte, de algum modo intermediados pelas representações artísticas, os animais tomam para si a palavra e a ação e se permitem a revolta e a vingança. Lucile Desblache (“As vozes dos bichos fabulares: animais em contos e fábulas”) parte da tradição da fábula e sua inversão de sentido e aplicação ideológica na literatura contemporânea – como aparece, por exemplo, em J.M. Coetzee – para mostrar que há um processo de desantropomorfização do animal na arte atual, na contramão da fábula tradicional, e que

essa compreensão do animal com sua identidade própria está na base das instituições de proteção das espécies, sobretudo daquelas ameaçadas de extinção. Atenta a essa nova possibilidade de abordagem do animal, aberta pela literatura contemporânea, a ensaísta retoma as fábulas tradicionais em busca do que há de humano e de propriamente animal nelas e as compara com suas versões modernas. Para isso, usa como exemplo “O gato de botas”, texto pertencente à tradição e recolhido, entre outros, por Perrault, e a interpretação contemporânea do mesmo, feita pela escritora Angela Carter, onde estão presentes muitos dos elementos do realismo fantástico, tons operísticos derivados de *As bodas de Fígaro* e *Don Pasquale* e uma forte carga de ironia e sarcasmo. Na fábula contemporânea, portanto, se a linguagem é antropomórfica, o espírito é felino – como no caso abordado –, ou canino, ou suíno, ou bovino, ou equino, como em outros casos e em outras narrativas. É o que se pode observar nos contos contemporâneos de uma autora de sucesso no gênero policial, estudados, no próximo texto da seção, por Julio Jeha (“Assassinos de estimação: *O livro das feras*, de Patricia Highsmith”). O livro, que tem como subtítulo a frase “para quem gosta de animais”, é uma coletânea de treze contos protagonizados por animais, embora mais humanos que os humanos, inclusive se considerarmos o grau de violência empregado ou sofrido por eles em suas aventuras e ações de vingança contra o ser humano. Essas ações de vingança, que aproximam e muito os animais dos homens, tornando aqueles quase simulacros destes no livro de Highsmith, levam na maioria das vezes à morte do homem e em alguns momentos dos próprios animais. A motivação para a violência, porém, nas histórias de *O livro das feras*, está na falha dos homens e mulheres assassinados “em reconhecer o animal como um sujeito com uma face e em assumir responsabilidade por sua condição” (p. 332).

Outro dos textos polêmicos escritos por mulheres preocupadas com os direitos dos animais são o objeto de estudo de Alexandra Isfahani-Hammond (“*Humana festa: zooromance interamericano e pós-escravista de Regina Rheda*”). O romance, uma espécie de comédia, procura associar a luta em prol dos direitos dos animais e da defesa do veganismo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à nova etapa do capitalismo transnacional em tempos pós-coloniais e pós-escravistas. Para isso, coloca os personagens em dois locais diferentes: a Flórida e o interior de São Paulo. Entre os protagonistas estão uma família de porcos – com destaque para uma porca prenha e presa a uma estrutura que não lhe dá nenhum espaço para mobilidade, como é prática na cultura intensiva e nos verdadeiros campos de concentração que são os criadouros das espécies destinadas à alimentação como aves e porcos. Depois de muitas peripécias, a porca é salva

da escravidão pela ativista Dona Orquídea, mas o poder econômico se rearticula e se reorganiza em novas formas de dominação. A partir da leitura do romance, o estudo de Alexandra Isfahani-Hammond enfatiza as relações entre dominação socioeconômica e direitos dos animais e aponta para as ingenuidades e também para os acertos dos ativistas que lutam em favor do animal não humano.

O confinamento e a escravidão dos animais trabalhadores destinados à procriação e ao extermínio na indústria alimentícia recebe o seu contraponto nos animais trabalhadores da indústria do entretenimento no último ensaio desse quarto bloco do livro. Randy Malamud (“Animais no cinema: a ética do olhar humano”) parte de um resumo sobre os trabalhos dos animais (em fazendas industriais, laboratórios de produtos farmacêuticos, hospitais...) e sobre as condições de vida desses seres na contemporaneidade, para depois abordar a relação entre os animais e o cinema, sobretudo no que diz respeito à sua segurança física, explicitada na tensa relação entre a indústria cinematográfica norte-americana e os movimentos em prol dos direitos dos animais, todos os animais, que são usados nos filmes. Depois de relatar vários casos de abuso contra os animais no cinema e na televisão (especialmente nos canais a cabo, como *National Geographic* e *Animal Planet*), o autor passa a considerar as falácias e enganos que envolveram o filme *Avatar*, dirigido por James Cameron e exibido em 2009, considerando tanto a sua produção como a ideologia promovida pela narrativa. O autor analisa o modo como foram aproveitados animais reais para a criação dos personagens animados (assim como atores humanos reais serviram de base para os personagens animados do filme) e desfaz um a um os argumentos que sugerem uma defesa avançada da ecologia pela narrativa. Entre os argumentos contrários ao filme, o ensaísta recolhe a opinião expressa na internet por uma espectadora que vê na relação do herói com o animal eleito por ele como montaria e meio de transporte aéreo na guerra uma explícita dominação do macho sobre a fêmea, radicalizada, pelos termos e imagens usados no filme, numa cena de estupro. Os comentários sobre a ideologia sexista, racista e desumana do filme corroboram muitos dos estudos sobre os espectadores de cinema em geral, revistos por alguns dos pensadores elencados pelo ensaísta, como portadores de uma espécie de perversão que tem como fundamentos o sadismo e o voyeurismo marcadamente masculinos.

De qualquer forma, o ensaio de encerramento da seção e do livro como um todo reeduca nosso olhar, assim como os textos anteriormente comentados redimensionam o modo como enxergamos os animais na realidade, nas artes em geral e na literatura em especial. Além disso, tais ensaios confirmam muitas das preocupações e reflexões

apresentadas no prólogo da publicação, elaborado por sua organizadora, a professora e crítica literária Maria Esther Maciel – representante brasileira das mais qualificadas nos chamados “estudos animais” –, e na entrevista que fecha o volume. A entrevista, intitulada “Companhias multispécies nas naturezaculturas”, foi concedida a Sandra Azerêdo pela doutora em Biologia pela Universidade de Yale, Donna Haraway, teórica e crítica da cultura atuante na área de História da Consciência, com ênfase nos estudos de animais e suas vinculações com a teoria feminista, a ciência e a tecnologia. A conversa entre as duas pesquisadoras gira em torno dos temas abordados na coletânea, como o sofrimento das leitões escravas da procriação na indústria alimentícia, e o que isso representa para os estudos de gênero e de classe no mundo contemporâneo, globalizado e massificado. Passando pelo debate que diz respeito à subjetividade do animal, a entrevista se dirige para a necessidade de humanização do homem no embate com o seu grande Outro, o animal, e os impasses gerados por uma decisão consciente por via da frase-conceito “Matar sem tornar matável”, apresentada pela professora e ativista com o objetivo de tornar palpáveis os problemas que envolvem as discussões entre as multispécies nas comunidades, e que pressupõem uma proposta de convivência preferencialmente pacífica entre natureza e cultura.

A criação desses novos conceitos, além daqueles implicados nos termos “zoopoética”, “zooliteratura” e “biopolítica”, apontados anteriormente e colocados em funcionamento nos novos estudos filosóficos e da teoria da literatura, apontam para a necessidade dos estudantes e professores das chamadas ciências humanas levarmos em consideração e praticarmos os estudos transversais e transdisciplinares, estudos esses de que o livro pensar/escrever o animal é um luminoso e amoroso modelo.

Eva Pereira é doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada pela USP. Professora convidada da pós-graduação lato sensu em Literatura Brasileira da Universidade Católica de Brasília, é também responsável por oficinas de leitura e escrita criativas e de cursos livres de literatura em Brasília (evaleones@gmail.com).